



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 02

Sessão Ordinária de Dezembro

1.ª Reunião de 20-11-2009

Aos vinte dias do mês de Novembro dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luis Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroitea e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, João Carlos Martins Valente, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques Oliveira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, David Paiva Martins, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, João Alberto Simões Barbosa, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Manuel Vieira dos Santos, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa em exercício declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a falta do seguinte membro:
Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Maria da Luz Nolasco Cardoso, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa e Helena Maria de Oliveira Dias Libório.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa⁰² deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do vogal, António Manuel de Pinho Regala pelo sucedâneo na lista de candidatura, Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.

Os sucedâneos na lista de candidatura, António Manuel dos Santos Salavessa e Sandra Filipe Saraiva Maricato, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa⁰² informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Victor Manuel da Silva Martins, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e Victor Manuel Marques Oliveira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Tomada de Posse: Nos termos da lei, o Presidente da Mesa^u deu posse ao Presidente da Junta de Freguesia de Nariz, Telmo Vieira Martins.

Continuando, o Presidente da Mesa^u, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

(Deu entrada na sala a Vogal Maria Celina Capão Lourenço França Alves)

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

. A – Para a Sessão Ordinária

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Pacote Fiscal - IMI, Derrama, Taxa de Direitos de Passagem e Participação Variável no IRS – para os anos 2010 a 2013;

Ponto 3. – Designação de quatro cidadãos eleitores referidos na alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99 - Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;

Ponto 4. – Designação dos cidadãos referidos na alínea u) do artigo 3.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Aveiro;

Ponto 5. – Eleição de representantes da Assembleia Municipal para cada um dos seguintes órgãos:

a) Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um seu substituto, para ANMP;

b) Eleição de um Presidente de Junta para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna;

c) Eleição de um Presidente de Junta para o Comissão Municipal de Defesa da Floresta;

d) Designação de dois representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico do Concelho de Aveiro – um Presidente de Junta e um membro directamente eleito;

e) Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Aveiro;

f) Conselho da Comunidade do “ACES Baixo Vouga II;

g) Comissão Municipal para a Instalação ou Modificação de Estabelecimentos Comerciais;

h) Conselho Municipal de Educação;

i) Conselho Geral da EMA-EM;

j) Conselho Consultivo do TEMA-EM;

k) Assembleia Distrital;

l) Conselho Consultivo do Hospital Infante D. Pedro;

Ponto 6. – Proposta de Adesão à Associação “Plataforma para a Construção Sustentável”;

Ponto 7. – Projecto de Investimento da NAVALRIA – Docas, Construções e Reparações, S.A – reconhecimento de interesse municipal e deliberação sobre isenção de IMI e IMT;

Ponto 8. – Aquisição de Imóveis destinados a criar uma bolsa de terrenos municipais;

Ponto 9. – Aquisição de terreno em São Jacinto;

Ponto 10. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados.

Ponto 11. – Proposta de Recomendação: Saída do Município de Aveiro da parceria, Municípios/Águas de Portugal.

. B – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, Baixo Vouga – Eleição dos membros da Assembleia Intermunicipal, nos termos do artigo 13.º dos Estatutos da CIRA.

Vogal Celina França (PS) ⁰⁵

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁶

Esclarecidos os pedidos efectuados pelos deputados, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: ⁰⁷

Acta n.º 89 – Sessão Ordinária de Setembro (anterior mandato) - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte um votos a favor e dezoito abstenções.

Acta n.º 90 – Sessão Ordinária de Setembro (anterior mandato) - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e vinte abstenções.

Acta n.º 01 – Sessão Tomada de Posse: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor e cinco abstenções.

Continuando, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou na palavra a munícipe *Armanda Maria de Jesus Pinto Ribeiro* ⁰⁸, residente na freguesia de Cacia, veio expor assunto relacionado com a esterilização dos animais (cães e gatos) e realçar alguns pontos essenciais que a Câmara deveria fazer para reduzir o número de animais abandonados.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ¹⁰

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) ¹¹

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD) ¹²

Presidente da Mesa ¹³

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Seixas Neves (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁴

“Só no distrito de Aveiro, em 30 de Setembro do corrente ano, estavam registados no IIEFP trinta e sete mil setecentos e oitenta e seis desempregados. Isto sem contar com os desempregados escondidos e encapotados dos ficheiros que mesmo assim não o deixam de ser. Este número representa 7,66% do desemprego no continente e 10,21% da população activa do distrito. Então, no continente, segundo os registos do mesmo Instituto deparamo-nos com um aumento do desemprego de Setembro de 2008 para Setembro de 2009 de 26,31%!? Quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e oitenta e sete desempregados. E se atendermos às notícias vindas a público esta semana, ficamos com uma actualização bem mais grave e preocupante. Só no Concelho de Aveiro houve um aumento do desemprego no mesmo período igual ao acima referido, de dois mil novecentos e noventa e dois para três mil oitocentos e cinquenta.

Sobre estes números, cabe também ao município a atenção devida, no sentido de não só tentar impedir o aumento, como também de reduzir o número total, bem como manter um estreito contacto com toda esta massa de desempregados, para debelar situações de carência extrema. Como escrevia Soeiro Pereira Gomes, na Engrenagem, num exercício superior de descrição metaforizando o desemprego como “as rodas paradas de uma engrenagem caduca”.

Paralelamente a isto, recebemos recentemente as notícias dos loucos da finança, em que só nos cinco maiores bancos nos deparamos com um aumento de lucros de 7%, relativamente a igual período do ano passado! São muitas centenas de milhões de euros, mesmo tendo em conta a redução de lucros da Caixa Geral de Depósitos, que foi obrigada a utilizar dinheiros que seriam de todos os portugueses para debelar uma crise criada por alguns no BPN e para a qual esses alguns depois de terem sacado os seus ditos proveitos em nada ressarciram, pelo menos até agora, o prejuízo que causaram.

Entretanto as empresas do sector produtivo que ainda vão restando em Portugal, vão passando por dificuldades enormes, sem que o Governo encontre os mínimos de apoio que as ajude a enfrentar o dia-a-dia. Os impostos, por exemplo o IRC em nada são beneficiadas, ao contrário do que acontece com a Banca em que é criada com um IRC significativamente mais reduzido.

O nosso distrito, Aveiro, assistimos à situação dramática em que se encontram muitas empresas como a Rhode ou as do grupo Investvar, como AEROSOLES de Ovar e Castelo de Paiva, em que mais de dois mil trabalhadores se viram na aflitiva situação de poder engrossar os números do desemprego.

Assim vai este país, a enfrentar uma das piores crises de sempre, não só por via dela mesma, mas também noutras quinze interiores que governos nossos não souberam debelar, por insistirem na prática de políticas que favorecem os mais favorecidos, aumentando as dificuldades daqueles que já tinham dificuldades em sair delas.

Continua-se no caminho tenebroso de aumentar a riqueza de uns tantos, poucos e cada vez menos e, diminuindo os dinheiros de outros tantos muitos e cada vez mais.

Assistimos ainda à anunciada intenção do Governo de aplicar portagens nas Scut como a A29 apenas por exemplo, o que originará não só o aumento directo da despesa do utente que diariamente necessita de a utilizar por exemplo para trabalhar, mas também influirá indirectamente nos custos de bens e serviços que necessitam, dos que necessitam dessas vias de comunicação para se fazerem deslocar.

Esta é uma política de classe, que apenas favorece a quem mais tem e que em tudo dificulta o que menos têm e menos podem. Aliado a tudo isto, o clima de suspeição reinante, a sucessão de escândalos uns atrás dos outros, uma sucessão tremenda que até no plano mediático tem conduzido à canibalização de uns pelos outros, em que indício e o ilícito não têm conclusão a maior parte das vezes.

Concluindo, da nossa parte, o Partido Comunista Português, não podemos deixar de colocar a nossa profunda preocupação com as pessoas. O exemplo dado até agora pela governação do país, de modo a solucionar os graves problemas que nos afectam, pelo contrário, o que está prometido em programa do Governo é mais do mesmo, é que a motivação do rumo tomado, o número crescente de injustiças e desigualdades dentro do país, mas também de submissão às potências transnacionais do quotidiano, à perda de soberania do país e do povo.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁵

“Vou explicar em poucas palavras porque é que estou aqui, porque é que o Bloco de Esquerda está aqui e o que quer.

O sistema económico e social actual falhou.

A recente crise económica porque passámos e ainda estamos a passar a par com as sucessivas descobertas de corrupção dentro e fora do aparelho de Estado, demonstra que o neo-liberalismo não passa de um sistema utópico, que tem que ser travado por todos os intervenientes políticos.

O Capitalismo “laissez-faire”, como se costuma chamar, essencialmente marcado pelo exagero da propriedade privada, dos meios de produção estendeu-se à propriedade daquilo que é de todos — ou seja, os recursos naturais e os serviços públicos e deixou que a especulação estendesse os seus tentáculos a estes.

É por isso que estamos aqui!

Temos que olhar para a história recente com honestidade e perceber que combater esta utopia é em termos práticos defender uma política de propriedade pública, sem a doença das parcerias público/privadas aqui em Aveiro tão defendidas, que colocam sempre o lucro no que é privado e o prejuízo no que é público — ou seja, o prejuízo naquilo que é de todos.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁶

“Eu vinha aqui levantar, aliás, apresentar uma proposta de sugestão à excelentíssima Câmara até talvez para eles pensarem durante este próximo mandato.

Isto vem de certa forma de alguns tempos atrás, ainda na altura a Câmara anterior, até talvez do Dr. Girão, quando se conseguiu que a base aérea de São Jacinto fosse transformada em aeroporto civil ou parte da base aérea de São Jacinto fosse considerada aeroporto civil.

A partir daí mais nada se fez (penso eu) sobre essa situação e eu queria realmente apresentar uma sugestão à excelentíssima Câmara para o seguinte: sendo São Jacinto a única praia do Concelho de Aveiro, sendo São Jacinto uma zona que tem realmente condições óptimas de turismo e de desenvolvimento, mas que realmente até hoje pouco ou nada se tem feito lá, a nível de infra-estruturas, a nível de empregar as suas gentes, ia propor à Câmara para pensar na questão de considerar aproveitando a secção civil da base aérea de São Jacinto, para talvez negociar com alguma empresa “low-cost” ou alguma empresa ligada à aviação civil, para poder utilizar aquela base, nomeadamente, tanto para fazer ligação a Aveiro, como para fazer ligações com o próprio Porto e como sendo uma alternativa ao Aeroporto Sá Carneiro, ou outros aeroportos que se poderão fazer em Portugal no aspecto das “low-costs”.

Nós sabemos que o aeroporto Sá Carneiro negou a introdução de algumas “low-costs” para explorar e portanto penso que é o nicho do mercado, não direi nicho, mas se calhar um grande mercado, que nós poderemos explorar.

Era isso que eu deixava aqui para a Câmara durante este próximo mandato pensar numa situação dessas.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [017](#)

“Na primeira reunião desta renovada Assembleia Municipal, após o acto eleitoral do passado 11 de Outubro, cumpre-me enquanto líder da bancada do Partido Socialista, o dever e o direito de comentar o sentido de voto nela expresso pelos aveirenses. E os cidadãos aveirenses nessas eleições escolheram a coligação “Juntos por Aveiro” para os governar no próximo quadriénio, rectificando as opções que apresentaram no seu programa eleitoral.

Não concordamos com esse resultado e consideramos que os aveirenses inconscientemente premiaram aqueles que não só conduziram o nosso município à ingrata situação em que actualmente se encontra, mas mais do que isso, pretendem continuar a impedir que Aveiro assumia a liderança política económica e sociocultural da região em que está inserida.

Mas como democratas que somos aceitamos esses resultados. O povo escolheu, está escolhido! Daí desde logo felicitarmos todos aqueles que tiveram arte de conseguir o favor do voto dos aveirenses. E relativamente aos resultados para a Câmara Municipal, embora não acreditando que a reforçada votação na coligação “Juntos por Aveiro” traga uma alteração substancial aos resultados da sua actuação e conseqüentemente algo de novo ou de bom aos aveirenses, augurar-lhes felicidades.

Mas como os resultados desta votação acarretam responsabilidades acrescidas, esperamos desde já que a actuação do Senhor Presidente da Assembleia se pautar por critérios de competência e equidade de molde a rapidamente fazer esquecer a actuação da sua antecessora.

E que o Senhor Presidente da Câmara, agora que como afirma, tem finalmente a situação financeira do município resolvida e já conseguiu obter financiamento para a execução de quatrocentos milhões de euros de investimentos no concelho, consiga retirar Aveiro do fosso para onde foi atirado pelas incorrectas e inadequadas opções do Executivo a que anteriormente presidiu, e possa finalmente trilhar os desejados caminhos do desenvolvimento, da modernidade e do progresso.

O Partido Socialista aguarda com expectativa o desenrolar da actuação do novo executivo camarário, de molde a fazer uma fiscalização apertada da execução do programa, que a coligação apresentou aos aveirenses e entre outros, o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro aprovado pelo Tribunal de Contas e a renegociação da taxa do empréstimo dos cinquenta e oito milhões de euros, cuja conclusão foi prometida para este mês. Agora que parece ter sido abandonada a ideia peregrina da famigerada parceria público privada, a já tão atrasada concretização da Carta Educativa com o apoio do QREN; a criação de novas zonas industriais, como prometeram; a adiada construção da pista de remo e canoagem do rio Novo do Príncipe; do parque da sustentabilidade ou à guisa de exemplo, as requalificações da Pateira de Requeixo e da Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Mas mais do que tudo, fiscalizaremos as medidas, que foi prometido tomarem no sentido de contribuírem de forma consolidada e estruturada (estou a citar), para o restauro da credibilidade e do bom nome da nossa Câmara Municipal, consolidando e reforçando a centralidade do nosso município, que como capital da região de Aveiro, tem o dever de assumir a liderança da sua comunidade intermunicipal.

Esperamos que o executivo presidido pelo Dr. Élio Maia, realize com êxito a missão a que se propôs e cumpra as promessas eleitorais com que cativou o voto maioritário do eleitorado aveirense. Contem com o Partido Socialista para fazer a sua parte.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [018](#)

“Hoje estamos aqui nesta câmara da democracia Aveirense como representantes dos mesmos Aveirenses que por vontade própria nos escolheram na qualidade e na quantidade de cada um de nós, expressando a sua opinião e votando de livre vontade nos Partidos dando a este

hemiciclo a cor política que todos observamos e que uns gostam mais e outros gostam menos — mas essa coloração alaranjada vem da vontade e do querer dos Aveirenses que livremente se expressaram nas urnas.

O povo escolheu, está escolhido. Normalmente o povo escolhe os que entende serem mais capazes. Da parte do PSD iremos tentar dar razão a quem nos colocou aqui.

Neste período antes da ordem do dia vou fazer uma ligeira abordagem política do que foi a actividade política e eleitoral do PSD em Aveiro no último ano.

O Partido Social-Democrata em Aveiro definiu como lema para 2009 por intermédio do seu Presidente João Rocha de Almeida “VENCER 2009”. Vencer 2009 era o nosso lema e a nossa grande e arriscada aposta para este ano. Tínhamos eleições europeias, legislativas e autárquicas. Não era fácil mas era a nossa aposta, repito “VENCER 2009”.

Em Junho conseguimos que a ex-Presidente deste órgão, Dra. Regina Bastos, fosse indicada em lugar elegível e fora da quota da lei da paridade, o que foi uma dupla vitória: 1º pela indicação e 2º por ter sido indicada pela sua qualidade e não pela via do género.

O PSD deu a oportunidade aos Aveirenses de terem um representante em Bruxelas, contrastando com a pouca atenção que os outros Partidos dedicaram a Aveiro.

O PSD ganhou as eleições para o Parlamento Europeu no País, no Distrito de Aveiro, e no Concelho de Aveiro, fazendo assim eleger a Dra. Regina Bastos, Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, para o Parlamento Europeu.

Ao fim de 15 anos, o PSD voltou a ganhar estas eleições, concorrendo de forma autónoma, no Concelho de Aveiro.

No Município de Aveiro, o PSD conseguiu 8.910 votos (34,37%) contra os 5.045 votos (19,46%) do Partido Socialista.

O PSD ganhou em 13 das 14 freguesias do Concelho de Aveiro.

Venceu em Aradas, em Cacia, Eirol, Eixo, Esgueira, Glória, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Oliveirinha, São Bernardo, Santa Joana, Requeixo e Vera-Cruz.

Em Setembro tivemos eleições legislativas. O PSD de Aveiro preparou-se, organizou-se, colocou por mérito próprio um seu militante, o Dr. Ulisses Pereira, como nº 2 da lista logo seguida da indicação nacional. Ao fim de 30 anos o primeiro candidato do distrito de Aveiro nas listas do PSD à Assembleia da República foi um elemento da concelhia de Aveiro, sinal do prestígio e do respeito que esta soube ganhar quer a nível distrital quer a nível nacional. Trabalhámos muito nestas eleições, contactámos muitas pessoas, batemos a muitas portas com a finalidade de mantermos a nossa aposta “VENCER 2009”.

A nível nacional, para nós PSD de Aveiro, os resultados ficaram aquém do esperado, mas no concelho de Aveiro o PSD voltou 7 anos depois a ganhar umas eleições legislativas, concorrendo sózinho e transformando uma derrota por 1.596 votos (2005) numa vitória por 1.758 votos (2009).

Os números expressam bem a qualidade do trabalho político que tem vindo a ser desenvolvido pelo PSD em AVEIRO, felizmente bem reconhecida pela população do concelho, que pelo seu voto confirma a justeza do caminho seguido e dos protagonistas escolhidos.

Também ajudámos o Distrito, e em condições adversas o PSD conseguiu uma vitória de assinalar, transformando uma derrota expressiva em 2005 (menos 21.165 votos que o PS) numa vitória clara (mais 3.184 votos).

Estamos certos no PSD de Aveiro que o nosso escolhido ou indicado concelhio, e eleito deputado, Dr. Ulisses Pereira, irá no decorrer das suas funções estar ao dispor de Aveiro e dos Aveirenses para que em conjunto possamos fazer mais alguma coisa pela nossa terra.

O PSD de Aveiro voltou a ter um representante seu na Assembleia da República.

Nestas eleições legislativas, o PSD sozinho ganhou em 9 das 14 freguesias do concelho de Aveiro. Em Setembro estava conseguido mais um objectivo do VENCER 2009.

Em Outubro tivemos eleições autárquicas. As nossas eleições, o PSD fiel aos seus princípios e dando uma prova de grande lealdade para com os seus companheiros de caminhada, de luta e

de sofrimento, concorreu mais uma vez com o CDS/PP na coligação JUNTOS POR AVEIRO, liderada pelo Dr. Élio Maia.

Ganhamos em 10 das 14 freguesias, ganhámos pela 1ª vez na freguesia de São Jacinto, aumentámos o nº de mandatos, ganhámos com maiorias expressivas para a Câmara e para a Assembleia Municipal fazendo eleger o Dr. Élio Maia e o Dr. Capão Filipe, para a Presidência desses órgãos.

Aumentámos o nº de Vereadores, aumentámos o nº de Deputados nesta Assembleia, aumentámos o nº de Juntas de Freguesia e aumentámos o nº de mandatos eleitos.

Somos o maior Partido do poder autárquico no Concelho de Aveiro!

No PSD sentimos que cumprimos, conseguimos que o nosso lema fosse levado na totalidade à prática, podemos dizer: conseguimos “VENCER 2009”. Esperamos ser merecedores dessa vitória. O futuro o confirmará, para bem de Aveiro e dos Aveirenses!”

(Entrou na Sala o Vogal Olinto Henrique da Cruz Ravara)

Vogal Pedro Dias (BE) ⁰¹⁹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²⁰

Vogal Firmino Ferreira (PPD/PSD) ⁰²¹

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰²²

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) ⁰²³

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰²⁴

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰²⁵

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁶

“Uma primeira palavra para dizer que sentado nesta Assembleia não me sinto propriamente um neófito. Como alguns de vós sabem já acompanho o desenrolar destas Assembleias há alguns anos e portanto, tenho conhecimento daquilo que aqui foi discutido e da forma como os assuntos foram abordados — e até o conhecimento pessoal de muitos dos caros colegas com quem partilho agora estas bancadas. De forma que não estando ao corrente desta dinâmica parlamentar por ser obviamente a primeira vez que aqui me sento, não me sinto propriamente um caloiro nestas andanças.

E começava por dizer que os desafios para a Câmara Municipal de Aveiro são inúmeros, para este mandato. Mas nesta minha primeira intervenção iria destacar um deles; que aliás já foi objecto de inúmeras reflexões no último mandato na Câmara Municipal, e que tem a ver com as questões complexas abrangentes, estratégicas e decisivas para o município, que são as questões de planeamento.

O Plano Regional do Ordenamento do Território que está na sua fase de conclusão, foi porventura passível de muita crítica por parte do PS na Câmara e em algumas circunstâncias aqui na Assembleia, pelo facto da participação incipiente na elaboração do documento por parte do nosso município. A começar pelo facto (e voltamos também a um jargão já utilizado em tempo mas ainda actual), da falta de peso político que a Câmara, insistentemente, quer aplicar ou não aplicar na sua intervenção.

De facto a ausência do Senhor Presidente da Câmara nas reuniões de elaboração do Plano Regional do Ordenamento do Território, são de alguma forma decisivas para impor o querer de Aveiro em tão importante documento.

Naturalmente, dir-me-ão que o Senhor Eng.º Carlos Santos nas que participou, que não foi em todas, terá representado bem a Câmara. Quero crer que sim. Mas o que é facto é que o documento singelo, que foi a participação do município na elaboração do PROT, que já vinha dos mandatos anteriores e eram um mero rascunho, foi a única intervenção de fundo e chamar-lhe de fundo, é ser bastante generoso, que Aveiro teve na elaboração deste documento.

E este documento é importante para Aveiro porquê? É importante para Aveiro porque é dele que o nosso PDM, o nosso futuro PDM vai beber as referências. O PROT constitui-se como um documento de referência do PDM. E como sabem os PDM's estão em revisão e neste momento são mais de duzentos no país e portanto vivemos em Portugal um momento particularmente intenso nesta matéria, constitui-se como um documento mais rico, mais vasto, mais amplo na abordagem que faz do desenvolvimento e ocupação do território.

Vai desde as questões de zonamento, às questões de mobilidade, às questões do desenvolvimento sustentável, enfim, a tantas e inúmeras questões seguramente que estão a ser tratadas.

Mas é que a revisão do PDM está a marcar passo e não avança — parece que há algum engulho!?

Admito que a mudança de quadro legal possa ter trazido alguns constrangimentos, novas exigências. No entanto, também é bom recordar que esse quadro legal admite como válida a ideia de que a entrada em vigor do PDM agora é mais célere porque não precisa da rectificação parlamentar. E portanto, isto para dizer que é preciso mais pro-actividade e mais acção e a advertência que deixava aqui entre outras, muito importantes, mas esta parece-me de destacar, era de que não se devesse deixar aumentar desmesuradamente a área urbana invadindo a área rural e de reserva ecológica, por forma a que o espaço urbano existente pudesse ser qualificado de uma forma mais coerente e de uma forma mais rentabilizada.

Deixava para a segunda de mão uma outra referência que queria aqui fazer, mas gostaria de terminar esta minha intervenção só dizendo o seguinte: é muito importante que Aveiro saiba pensar o seu futuro. O Plano Estratégico da Cidade está praticamente concluído. Foi um mau exemplo de como se deve fazer um Plano Estratégico pelas inúmeras razões que já invocámos em tempo, mas o que é facto é que neste momento esse documento devia ser objecto de uma ampla discussão. E é isso que exortamos esta Câmara e o Senhor Presidente para que faça uma ampla discussão sobre o Plano Estratégico, por forma a que todos possamos ter referências, para que a revisão do PDM possa ser participada de forma consentânea, coerente, e que possa ela constituir um documento que dirija Aveiro nos destinos do futuro.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) ⁰²⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁸

Presidente da Mesa ⁰²⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³⁰

“Saudar e cumprimentar todos os elementos da Assembleia. Permitam-me que tenha uma saudação especial para a Mesa, para o Senhor Presidente, por razões óbvias! Foi um prazer tê-lo connosco durante quatro anos, certamente será um prazer redobrado tê-lo mais quatro anos também aqui connosco.

Saudar todos os Presidentes de Junta que foram eleitos e os novos eleitos que aqui estão.

Quanto a algumas das questões aqui colocadas, a questão do desemprego é uma questão crescentemente preocupante. É preocupante, quando alguém vem ter connosco porque ficou desempregado e vem à procura de algo mais, e de algum apoio. É duplamente preocupante quando vem um casal que ficou desempregado, que tem os filhos a estudar e que tem encargos com a casa. Enfim! São situações dramáticas.

A baixa do IMI e a baixa das Taxas que nós operámos, demonstra ou evidencia essa preocupação que temos em também cumprir com o nosso dever de encontrar aqui uma resposta social.

Quanto à Base Aérea de São Jacinto fica a sugestão registada e o agradecimento por ter sido formulada essa proposta.

Quanto à requalificação da rede viária para todo o concelho é uma necessidade, é uma urgência. Há muito para fazer no concelho. A N230/1, a adjudicação e a consignação desta obra, pretende ser também uma resposta a esse grave problema que nós temos.

Quanto ao Beira-Mar, como sabem houve um protocolo que foi aprovado pelos órgãos executivos e deliberativos das duas instituições. Foi aprovado penso que pela Direcção Administrativa na altura, foi aprovado pela Assembleia-geral do Beira-Mar, foi aprovado em reunião de Câmara. Foi aprovado pela Assembleia Municipal.

Os órgãos executivos como sabem cumpre-lhes cumprir as deliberações dos órgãos deliberativos. Portanto da nossa parte dêmos concretização ao primeiro ponto desse protocolo que foi aqui aprovado pela Assembleia e com a assinatura da escritura foi dado o primeiro passo.

Cumprimos com esse passo, aguardamos que a outra parte cumpra também com aquilo que deliberou.

Qualquer solução, foi aqui posta a questão, não sei se é necessário uma solução ou não. Penso que as partes cumprirem aquilo que foi deliberado não é preciso solução nenhuma, ela está encontrada, está plasmada no documento, está aprovada por todos os órgãos.

De qualquer das maneiras, a haver qualquer alteração, nem que seja uma vírgula àquilo que foi aprovado pelos órgãos deliberativos, como sabem isso é normalíssimo, o processo tem sempre que vir aqui ao órgão deliberativo e tem sempre que ir à Assembleia-geral do Sport Clube Beira-Mar.

Dar a nota também, porque isto é conhecido, mas só reforçar isto porque muitas vezes a gente sabe mas não quer acreditar que seja assim, é informar que as autarquias locais no país, pelo menos no continente, estão proibidas, proibidas, quer queiram quer não queiram, não é uma questão de opção, estão proibidas terminantemente de dar um cêntimo para desporto profissional.

Quanto à esterilização e ao canil que foi aqui colocado, as ideias andam muito próximas. Estamos muito próximos Senhor Casimiro, aquilo que nós pensamos em relação a essa solução, nomeadamente quanto à hipótese de um terreno que poderá resolver o assunto e fundamentalmente a necessidade de que as diversas associações que temos aqui no concelho e que fazem um trabalho notável nesta área, se possam entender todas e criar aqui sinergias com essa aproximação entre todas e criar aqui formas também de encontrarem soluções conjuntas.

Há um móvel que a todos nos move que é procurar aqui defender e proteger os animais e acredito em nome dos animais esse entendimento entre todas vai ser possível e esse vai ser o primeiro passo que iremos dar ou que tencionamos dar, se for possível obter esse acordo com todas as associações.

Paulo Jesus colocou aqui questões importantes, a Carta Educativa, zonas industriais, colocação urbana. Em breve penso que iremos ter notícias em relação a essas áreas importantes para Aveiro.

Quanto ao PROT. Primeiro saudar o Dr. Marques Pereira, também estivemos quatro anos no município e também é com gosto que o vejo aqui na Assembleia Municipal. E disse muito bem, como é costume, que o Eng.º Carlos Santos representou muito bem a Câmara neste processo do PROT, representou o Eng.º Carlos Santos muito bem e os técnicos todos envolvidos, todos se envolveram, todos se empenharam e todos concederam a este processo a importância que ele tem e parece que foi um bom trabalho, foi uma participação muito positiva da parte de todos.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo)

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Presidente da Mesa⁰³¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³²

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰³³

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰³⁴

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰³⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁶

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰³⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁸

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰³⁹

Vogal João Dias (BE) ⁰⁴⁰

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴¹

“Voltava ao tema inicial só para fazer o apontamento. Nós dissemos no início deste mandato, há pouco nas intervenções iniciais, ao que vínhamos e como vínhamos — e vimos de forma séria e construtiva para estes quatro anos.

Vir de forma séria e construtiva é, como alguém já usou a expressão, fazer perguntas, questionar para ter respostas. E eu levantei três questões sobre o Beira-Mar: a questão do terreno, a questão da situação dramática do Beira-Mar (o Beira-Mar não é só futebol profissional, é bom que se registe e o Beira-mar não é principalmente futebol profissional) e eu levantei a questão do Estádio Municipal. E o Senhor Presidente passou por cima de tudo como aliás, eu não estava cá mas ia acompanhando, me parece que é hábito quando há um conjunto de questões concretas. E portanto são duas questões concretas e que o Partido Socialista exige — duas respostas concretas.

Sobre a sua Comunicação, duas questões muito concretas para lhe colocar: Casa da Cidadania, parece-nos um projecto bem interessante mas gostávamos de perceber que projecto é este? Com que parceiro? A Câmara já pensou num parceiro para juntamente com a Câmara edificar este projecto? Será esta Assembleia chamada a construir também algumas ideias para ele? Gostávamos que nos explicasse melhor o que isto é? Sendo obviamente que não está em causa e longe de nós pensar que isto terá um cunho ideológico um pouco sectário e portanto tem que ser obviamente algo global e suficientemente largo para que todos possamos ter e partilhar o espírito que está subjacente a esse projecto.

E falo-lhe de outra questão que tem a ver com a Cultura. Neste momento aquilo que a cidade sabe é que não há uma Direcção do Teatro, ou aliás há uma partilha da Direcção do Teatro com a Vereadora responsável pelo pelouro da cultura e não há programador — não há uma pessoa responsável para a programação do Teatro.

No final do ano, portanto deve estar a acontecer neste momento, não sei exactamente as datas em concreto, o Teatro Aveirense tem que candidatar ao Ministério da Cultura o seu Plano e Orçamento, para que possa obter os respectivos subsídios à programação. E os subsídios à

programação tem a ver com um conjunto de critérios, nomeadamente a qualidade e as provas dadas da equipa que estão na gestão (neste caso) do Teatro Aveirense.

A questão que se coloca neste momento é que nós não temos programador, temos uma gestora que partilha o pelouro e portanto digamos que não tem o tempo suficiente obviamente para pensar só no projecto do Teatro e nós temos um plano que foi apresentado bianual, portanto fizemos uma candidatura bianual no ano passado e só foi aprovado para o ano.

E essa era uma primeira questão que queria colocar concreta que é: porque razão, quais foram os motivos que levaram o Ministério da Cultura a aprovar só a candidatura para um ano, quando nós fizemos a candidatura para dois anos?

E a segunda questão, tem a ver com o facto de nós neste momento, depois de o Teatro Aveirense ter feito seis anos, podermos apresentar planos quadrianuais e obviamente que dá uma estabilidade (penso que ninguém desmentirá) muito maior à equipa que gerir o Teatro Aveirense, se tiver um plano plurianual para quatro anos em termos de subsidiar programação do Ministério da Cultura. Obviamente que uma avaliação dessas é ainda mais exigente.

Neste momento não sei se a Câmara tem e se está preocupada com essa situação e já agora ter um termo comparativo.

Eu não sei se os meus colegas sabem, se os aveirenses sabem, mas por exemplo Viseu tem um teatro que tem uma lotação de cerca de duzentas pessoas e teve este ano uma dotação orçamental do Ministério da Cultura de cerca de quatrocentos mil euros. O Teatro Aveirense tem uma lotação de cerca de setecentas e qualquer coisa pessoas e tem uma dotação orçamental de cem mil euros!? Portanto há aqui diferenças substanciais relativamente à forma como o Ministério da Cultura olha para o nosso teatro e olha para teatros de outras capitais de distrito e nós gostávamos de perceber o porquê e a razão que estiveram subjacentes à decisão do Ministério da Cultura e saber se a Câmara está neste momento em condições de nos garantir que nós vamos apresentar uma proposta ao Ministério da Cultura para um plano pelo menos bianual, mas preferencialmente quadrianual.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [042](#)

“A propósito desta Comunicação do nosso Presidente da Câmara, gostaria de realçar alguns destes pontos e de fazer uma reflexão sobre eles.

O primeiro é fazer um balanço que me parece extremamente positivo acerca da implementação do Gabinete de Atendimento Integrado, porque segundo aquilo que nos é relatado houve oitenta mil atendimentos realizados num ano, ou seja, o que quer dizer que dá qualquer coisa como trezentos e vinte atendimentos por dia. Isso parece-me um volume de atendimentos que se justifica plenamente, realmente esta implementação e esta medida e por isso gostaria de a saudar exactamente por isso, por me parecer que é uma medida que tem a adesão dos munícipes e por isso tem a sua utilidade.

Também um outro aspecto este mais lúdico mas também não deixa de ter a sua relevância, é que gosto particularmente desta exposição que existe na cidade, este “in vitro” do Luís Queimadela, parece-me também uma exposição muito interessante, dá vida à cidade, dá um certo colorido à cidade, e parece-me que iniciativas destas poderão ser mesmo muito bem vindas e gostaria mesmo que a Câmara ficasse com uma peça que me parece que vai ficar... vai ficar com todas? Então ainda bem, podia ficar com todas. Quando nós tivermos um mecenas podemos ficar com todas as peças.

Foi feita aqui uma referência a título depreciativo quanto à área de serviço para auto caravanas no canal São Roque, e eu gostaria de ver exactamente, por causa dessa depreciação que foi feita a este propósito, de dizer que pelo contrário. Aliás, eu vejo aqui na inauguração desta área de serviço, que realmente é uma coisa tão simples como definir um espaço e colocar umas tomadas e fazer dele um lugar seguro, um lugar com acesso a água, um lugar com descarregamento de resíduos sólidos e de efluentes líquidos, realmente é daquelas boas

ideias que não custam nada a fazer, mas que é preciso fazê-las, por isso há bons exemplos de como não é preciso gastar muito dinheiro, muitos recursos para se dotar de fazer com que Aveiro seja dotado de equipamentos básicos e com isto poderemos atrair um turismo de maior qualidade. E por isso aqui está então este exemplo de muitos outros que nós poderíamos ver nesta Comunicação do senhor Presidente da Câmara.

Num terceiro ponto tem a ver com o tratamento mecânico ou biológico e o início da construção deste equipamento. Aquilo que nos é dado de conhecer pelo relatório dos Serviços Municipalizados, é que a recolha selectiva existe, mas é uma leitura minha, parece-me que esta recolha que é feita devia ser muito maior.

Eu não vejo que estes números realmente tenham aumentado assim tanto — e deviam aumentar. Ou seja, parece-me que há um conjunto de cidadãos que estão neste momento incentivados para a recolha selectiva, parece-me que os nossos jovens estão incentivados para a recolha selectiva, não me parece que a ERSUC esteja a trabalhar na sensibilização de toda a população, parece-me! Eu espero estar errado, mas quero com estas palavras ser uma voz que possa ser dissonante neste aspecto para despertar consciências, porque quando nós tivermos implementado o tratamento mecânico ou biológico, o ter estes sistemas só fará sentido se nós tivermos uma boa recolha selectiva. E por isso aqui fica este alerta e também um alerta só para dizer que no relatório há um erro no cálculo do somatório do total de litros de óleos recolhidos, só foram somados os dois meses, depois é que foi acrescentado um mês e depois de maneira que é habitual somarem só os dois meses, não se somou o terceiro mês.

Ainda relacionado com a questão do tratamento mecânico ou biológico, há a questão da rede rodoviária que me parece que também está na altura de nós também levantarmos a nossa voz para exigir que realmente seja cumprido aquilo que foi protocolado com o município de Aveiro, que era nós assumimos, termos o tratamento mecânico ou biológico no nosso município. Nós vamos valorizar os nossos resíduos sólidos, nós vamos valorizar uma série de outros resíduos que têm valor, mas nós também temos que ser dotados de infra-estruturas rodoviárias, como seja a auto estrada Aveiro/Águeda, como seja um acesso sul que significa para a cidade de Aveiro, no que diz respeito à A17 e que faça as ligações entre a A17 e a A1.

E gostaria muito que estes acessos estivessem (são aqui mencionados no relatório), que houvesse desenvolvimentos efectivos por parte, parece-me que temos todos que lutar para que haja uma posição muito forte, para que realmente o Poder Central possa desencadear os processos da construção destas obras que me parece que são essenciais para o nosso município.

Por último só uma referência a um aspecto que gostaria de ver esclarecido, no que diz respeito ao nosso Centro. Por isso àquilo que nós nos habituámos a chamar o Plano de Pormenor do Centro. O Plano de Pormenor do Centro tem estado a ser construído. Já começa a tomar forma a densidade de construção que realmente vai existir naquela zona. Há uma zona que ainda está bastante desprotegida, bastante degradada, e ultimamente tem sido uma zona de despejo de entulho — estou-me a referir concretamente ao ‘barreiro’.

Eu lembro-me que houve uma decisão desta Assembleia Municipal que era de criar um Museu Geológico aproveitando aquela barreira, aquele corte, que foi feito pela extracção da argila e na altura por sugestão do nosso líder da bancada do PSD o professor Britaldo Rodrigues, foi feita essa sugestão que penso que até foi incluído num protocolo.

E estou agora a ver que está a ser despejado entulho nesse mesmo barreiro e gostaria de saber quais são os planos e se é que há alteração de planos, se essa deposição de entulho está controlada e qual é o futuro daquela zona? Quando é que nós podemos ter realmente esse núcleo museológico (mais um) para a nossa cidade?”

Presidente da Mesa ⁰⁴³

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁴

“Há coisas que nunca mudam e de facto pensava eu, ingenuamente ainda, que no novo mandato a atitude do Senhor Presidente fosse também um pouco diferente. E portanto até fazia aqui uma advertência ao meu camarada de bancada ao Gonçalo Fonseca “não te iludas, porque isto vai ser assim e o mote está dado”. Não há respostas! Não há respostas!

Ó Senhor Presidente já estou como diz o Gonçalo, responda lá qualquer coisinha às perguntas que a gente lhe faz. Ao PROT, o Senhor com a devida vénia não disse nada. É evidente que o Sr. Eng.º Carlos Santos na sua bonomia terá representado com toda a excelência o município. Mas eu gostava era de saber o que é que ele lá foi dizer, que até agora nada, nós não sabemos. Em relação ao PDM nada na mesma! E eu até pasmo, porque o Sr. Eng.º Carlos Santos que tem sido advogado de V.Exa. no anterior mandato, até nos tinha dito com grande convicção que o senhor tinha queda para o planeamento! Andava sempre com as plantas e com o lápis enfiado na orelha. E eu até arrisco a perguntar, o senhor se calhar com tanta queda caiu, e em relação ao planeamento não se consegue levantar. Mas nós ajudá-lo-emos a levantar-se e a cumprir esse importante desiderato para o município.

Mas gostaria de lhe dizer o seguinte, em relação à questão do planeamento, eu não vi isso plasmado aqui na Comunicação do Presidente e gostava de lhe fazer uma pergunta também muito concreta: ó senhor Presidente é só sim ou não, não tem que elaborar grande raciocínio, é saber se isso que é o Plano Municipal do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, ainda está ou não em cima da mesa?

Eu recordava para quem enfim não sabe que o Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, publicado pela Câmara de Aveiro no anterior mandato, em Outubro de 2006, era a assunção de um conjunto de metas por parte desta edilidade para cumprir no sentido de melhorar genericamente o nosso nível de vida e o bem estar dos aveirenses.

O que é facto é que volvidos quatro anos o cumprimento do que aqui está, enfim, é fraquinho e eu recordava só; Agenda 21 Escolar, viste-a; Carta da Cidade Educadora, nada; Plano de Desenvolvimento Municipal do Desporto, também não se vê e por ai fora, não queria ser exaustivo.

A pergunta que se coloca é: estas assunções políticas estão ou não em cima da mesa? Nós podemos monitorizar o que aqui está durante este mandato? Mas para o fazermos é preciso que a Câmara dê a esta Assembleia (e portanto eu solicitava isso mesmo) resultados de aplicação de cada uma destas medidas — e isto é muito importante.

Aliás e como dizia aqui o meu camarada, a questão da Carta Educativa também é muito importante igualmente, é um documento de Planeamento, arriscaria a dizer que volvidos quatro anos da sua elaboração e não esquecendo que ela esteve na gaveta durante um ano e meio no anterior mandato, estando ela feita, arriscaria a dizer, se não seria sensato rever-se! O município rever a Carta Educativa. Saber se ela ainda encontra actualidade ou não em todos os parâmetros que lá estão contemplados? Julgo que era uma reflexão que a edilidade e a Câmara deveria fazer.

Muito rapidamente em relação à questão do canil municipal. Era importante que o Senhor Presidente dissesse aqui, até porque no anterior mandato pagou-se uma dívida que existia de um esqueleto de obra para o canil municipal que já estava feito, e ele ficou abandonado! Estou a ouvir agora a falar-se aqui em disponibilizar um terreno? Eu quero perceber melhor esse dossier. O que é que aconteceu àquele esqueleto de obra e a essa dívida que parcialmente terá sido paga ao construtor desse canil municipal?

Recordava também, que por proposta do PS na Câmara, um estudo de se tentar viabilizar de forma intermunicipal a resolução deste problema, que é um problema como diz o Senhor Calafate e com muita propriedade, não é um problema novo, é um problema já antigo, aliás nós temos em condições precárias os nossos animais.

Queria fazer uma outra referência, ao que vem aqui na Comunicação, deixando a questão fiscal para o ponto subsequente, em relação àquilo que o Prof. Manuel António Coimbra referiu em relação à unidade de tratamento mecânico biológico; para recordar o seguinte: é diferente estarmos a falar de investimentos complementares à Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, isto é, investimentos que têm que ser necessariamente feitos para que a Unidade possa laborar, digo Eixo Aveiro/Águeda, pavimentações de arruamentos adjacentes àquela área para que os camiões possam lá passar e outra coisa, terá sido aquilo que o senhor Presidente terá negociado, como? - Diria de uma forma simples, - contrapartidas para Aveiro. E é preciso que isso se diga, quais são e em que pé elas estão?

Até porque as máquinas já andam a desbatar em Eirol e isto vai começar mesmo, é uma coisa que vai surgir. E portanto é importante que isso se diga com clareza.

E para terminar, gostava só de fazer uma seguinte referência: eu não sabia que agora a vossa incapacidade de acção durante os últimos quatro anos se chamava “o complexo processo burocrático”. Pasmem!

Em relação à questão da habitação social em Cacia! Então os senhores herdaram da habitação social em Cacia vinte casas praticamente feitas, faltava lá pôr a luz, e durante quatro anos os senhores resolveram esse problema a passo de caracol e chamam-no o complexo processo burocrático? De facto os senhores estão é muito mais refinados!”

Vogal Manuel Prior (PPS/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁵

“Na Comunicação gostava de realçar a importante e justa homenagem aos melhores alunos. Gostava de realçar este acto não pelos distinguidos em si, mas sim pela distinção da qualidade e da meritocracia (coisa que cada vez é mais raro) para bem do País e do nosso futuro temos que cada vez mais realçar e distinguir os melhores não com a finalidade de destacar os menos bons, mas sim de dar realce aos melhores para assim esse acto servir de incentivo aos menos bons para se esforçarem para também eles serem no futuro os distinguidos.

Esta homenagem é uma justa deferência que o Município de Aveiro tem para com a comunidade educativa. É um momento de grande simbolismo, com a distinção dos melhores alunos.

Outro aspecto muito significativo que desejava destacar é o do início da construção da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, em Eirol. Esta obra tem uma dupla relevância. Por um lado, melhoram-se as práticas ambientais procedendo-se à separação mecânica dos materiais recicláveis e da matéria orgânica, que produzirão um composto para aplicação em solos de derivados de resíduos. Por outro lado, vai possibilitar o encerramento definitivo do aterro de Esgueira/Cacia, uma ferida ambiental a céu aberto que será então fechado e selado. Também gostava de referir neste ponto que quanto ao estudo que permitiu a nossa adesão a este projecto parece-me que está a ficar para trás a construção da via Aveiro/Águeda, via essa que era essencial segundo os estudiosos que elaboraram esse documento, era vital a construção atempada desta nova via que permitiria o acesso directo dos camiões de carga a este empreendimento. No terreno está o empreendimento, mas da via Aveiro/Águeda nada. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara sobre este tema nos dissesse algo para todos ficarmos mais descansados e saber que o Estado como pessoa de bem não se esqueceu de fazer esta obra de importância vital, pois se esta via não for efectuada tenho muitas dúvidas da qualidade de vida das populações daquela zona.

Desejava também realçar a inauguração da nova área de serviço para autocaravanas junto do pavilhão do galitos, equipamento que procura atrair este segmento turístico para a cidade, oferecendo um lugar seguro, com acesso a água, descarregamento de resíduos sólidos e de efluentes líquidos. O espaço beneficia da proximidade de vários serviços e ao centro da cidade. Quanto ao espaço deixava a pergunta à Câmara e ao senhor Presidente, se o parque

de estacionamento junto da ponte São João não seria um espaço mais capaz ou complementar deste junto ao pavilhão do Galitos que segundo os utilizadores não está tão próximo do centro da cidade como gostariam. Referiram-me alguns que o parque de estacionamento junto da ponte São João seria mais apelativo.

A última referência vai para o Cartão Jovem Municipal. Uma modalidade de Cartão Jovem a que os jovens residentes no município com idade entre os 12 e os 25 anos de idade podem aderir, beneficiando das seguintes vantagens: as do Cartão Jovem Euro<26 a nível Nacional e Europeu e as vantagens que o município decidir atribuir nos seus equipamentos e serviços, e as vantagens que as entidades angariadas pelo município desejem oferecer a estes portadores do Cartão Jovem Municipal.

Folgo também saber que já foram angariadas 57 entidades que proporcionam descontos aos jovens portadores do cartão em áreas como: cultura, desporto, saúde, ensino, formação, alimentação, e transportes.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁹⁴⁶

“Eu vou falar aqui um pouco das contas e como está expresso aqui na Comunicação do Senhor Presidente na página 13, a dívida do município em contabilidade como aqui é dito, é de cerca de cento e quarenta e três milhões de euros. Número como vocês sabem, grave, e que foi fortemente aumentado no ano de 2008.

Nós sabemos desde 2005, 2006, 2007, até Setembro de 2008, a dívida do município rondou sempre na ordem talvez um pouco menos, mas na ordem dos cento e vinte milhões de euros. A partir de Setembro de 2008 atingiu os cento e quarenta milhões, até um pouco acima nalguns trimestres e nunca mais baixou.

Tudo bem! Mas é só para provar que quando o Senhor Presidente diz que a dívida diminuiu, pelo menos em termos numéricos, aqui nas suas próprias palavras está demonstrado que aumentou!?

Mas há uma coisa muito estranha nesta Comunicação contrariamente a todas as outras. É a primeira Comunicação que é feita em que a dívida não é dividida em curto prazo e médio e longo prazo. E eu que já tenho algum calo destas coisas, enfim não acredito que haja coisas que aconteçam por acaso, e penso eventualmente que posso estar enganado e pode ter sido apenas um lapso, mas penso que isso serviu apenas para esconder aquela que, das dívidas é a pior das dívidas de curto prazo, que no meu entender e o senhor Presidente me dirá quanto é, mas deverá estar a atingir os vinte milhões de euros. Ou melhor, neste momento que foi feito este documento deverá estar a atingir os vinte milhões de euros.

O que é estranho, muito estranho, porque ainda há dias o município fez um empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros precisamente para limpar todo o passivo de curto prazo precisamente para pagar aos fornecedores e para passar todo o passivo de curto prazo para médio e longo prazo. Acontece que passado algum tempo já o passivo é de vinte milhões!?! E se lhe juntarmos algumas facturas que hão-de aparecer destas obras de folclore eleitoral que foram feitas recentemente, se calhar vamos atingir o ano com qualquer coisa como, se calhar, acima de vinte milhões, talvez vinte e cinco milhões de euros de dívidas de curto prazo. O que é profundamente preocupante porque as receitas do município totais serão na ordem dos cinquenta milhões; e isso é de facto é um assunto que nos causa alguma preocupação.

É necessário Senhor Presidente que nos garanta que de facto aquilo que diz, que a situação financeira está controlada, está efectivamente de facto controlada. Efectivamente não nos pode deixar nesta dúvida de qual é o passivo de curto prazo neste exacto momento e aquele que espera que seja até ao fim do ano.

Outra situação preocupante é a situação que é aqui descrita num dos balancetes da EMA. Se verificarmos no balancete da EMA, só em dívidas a fornecedores a EMA tem lá três milhões e

meio de euros! Sendo que cerca de um milhão e trezentos é de fornecimentos de conta corrente e dois milhões cento e vinte e um de fornecimentos de imobilizado!?

Senhor Presidente, o Senhor que é lá o Presidente penso que do Conselho de Administração da EMA, pode-nos informar como é que está a pensar resolver o problema da EMA?

Porque para além disso ainda há empréstimos bancários. Mas eu dou os empréstimos bancários de barato. Está de facto atento a este problema? Ou julga também que este problema, se não se falar nele vai passar? Não fales dele que isso passa! É uma ideia de gestão que às vezes acontece — e como o senhor Presidente tem às vezes umas ideias interessantes pode ser que isto passe.

Uma outra coisa que eu queria perguntar é o seguinte: o Sr. Dr. Ulisses Pereira, agora deputado do PSD, era Presidente do Conselho de Administração da PDA. Continua ou não a ser neste momento Presidente do Conselho de Administração do PDA? E continua ou não a auferir o vencimento da PDA? E se não é ele que está neste momento gostaríamos de saber por quem é que a Câmara o substituiu?

Gostaríamos de saber se neste momento, não esquecer que o Presidente da PDA é nomeado pelo município, se neste momento tem como Presidente da PDA um deputado em part-time eleito pelo nosso concelho? Será interessante! Será interessante! Será interessante verificar isso, até porque depois dele ter dito que seria bom implodir o Estádio, já não sei o que hei de esperar mais.

Uma outra questão que eu queria pôr é: estive a verificar aqui os processos judiciais que efectivamente a Câmara tem. Mas dessa consulta e porque nada é dito no descritivo apresentado pelo Senhor Presidente, fiquei sem saber o que é que se passa com o cheque do Beira-Mar.

O cheque do Beira-mar já foi pago ou deu lugar a algum processo judicial?

Nós não sabemos efectivamente da situação que conduziu a que esse cheque careca ficasse na posse da Câmara. Pode ser que depois que foi feita esta Comunicação Escrita já tenha sido levantado ou inclusivamente sei lá, tenha sido pago. Não sei. Não sei. Mas gostaria que obviamente o Senhor Presidente me informasse disso. Mas como é claro eu não tenho a esperança que têm os deputados desta Assembleia, o Gonçalo e outros. Eu sei que o Senhor Presidente não me vai responder, aliás como de costume.”

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos ⁰⁴⁷

Vereadora Maria da Luz ⁰⁴⁸

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁴⁹

Presidente da Câmara ⁰⁵⁰

“Da minha parte dizer que com esta opção que fiz em relação aos pelouros, sinto que fico muito mais responsabilizado. Mas fico também mais feliz; há diversas vantagens parece-me nesta opção que foi feita a primeira vantagem é esta. Temos aqui uma equipa responsável e responsabilizada a trabalhar, porque nós só nos sentimos importantes no desempenho de funções quando temos responsabilidades, quando podemos decidir, quando podemos tomar iniciativas. É isso que se passa aqui. Há aqui um grupo, há aqui uma equipa empenhada, responsável, séria, e que está a trabalhar e que vai continuar a trabalhar de alma e coração durante todo este mandato.

E a segunda vantagem é esta: é que permite que esclarecimentos sejam prestados aos senhores deputados, sejam feitos com rigor e não com nenhum sentido político. Estão feitos de uma forma clara, precisa, de pessoas que dominam, que conhecem os processos, e não aqui com nenhuma histórias que podemos montar para desvirtuar essa ou aquela que é uma informação que pretendemos que seja sempre rigorosa, porque esse é um valor que nós defendemos e que preservamos. E dai ter ficado só uma ou duas questões talvez por responder.

Uma primeira tinha a ver com uma pergunta que foi feita “o que é isso do terreno em relação ao canil”? Que não seja agora um terreno a confundir isto tudo.

Tem a ver também com algumas dúvidas que nós colocámos em relação ao facto de um canil ser a resolução para a questão dos animais! Parece-nos que não. Sempre foi assim, essa solução foi encontrada, mas construir um espaço que tem um metro por metro e meio para depois meter lá um cão e depois passado três meses meter lá dois cães, e depois se calhar meter lá três cães, porque não há capacidade de resposta, parece-nos que tem que ser encontrada um outro caminho, uma outra forma de responder a esse problema, que não esta forma tradicional de construir uma prisão para os animais e tê-los ali completamente presos.

A questão que o Senhor Casimiro há pouco referiu, e a nossa ideia vem um pouco nesse sentido, era ver se conseguíamos essa articulação entre as Associações para encontrar um terreno com espaço onde os animais possam andar no seu elemento mais natural e que mais se ajuste e que mais respeite os animais.

Ficaram também, penso, mais duas questões aqui em aberto que é o Aveiro/Águeda que foi aqui levantada e que foi suscitada. Como sabem o Governo abriu concurso a 2 de Outubro para o Eixo Estruturante, portanto é um processo que está a seguir os trâmites normais e acreditamos que se concretize.

Também em relação à questão das autocaravanas da ponte de São João, é uma ideia que eu tenho a ideia de que já foi suscitada, já foi aprofundada. Tenho a ideia que terá surgido um qualquer impedimento, não sei se em termos de instrumentos de planeamento ou não ou em termos de rede de saneamento. Sei que terá havido qualquer dificuldade nesse momento quando ela foi suscitada, mas é uma coisa que nós iremos agora averiguar também dessas razões tenham ou não fundamento porque a ideia parece-me também pertinente.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁵¹

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵²

“Querida dizer que, ao contrário do que foi dito sobre mim, também a Câmara não me ouviu. Eu disse que o Bloco de Esquerda apoia o sistema de integração de bilhética. Portanto o BE ao contrário do que disse não está aqui só para destruir, está aqui para apoiar as medidas. Mas aquilo que me preocupa não é o sistema de integração da bilhética. O que me preocupa é que eu falei de um sistema de transportes públicos a sério e a resposta da Câmara é apenas esse sistema de integração de bilhética nas bicicletas. Ora muito bem, eu espero que nessa municipalização, na rede de transportes públicos, não contem colocar as pessoas a andar de bicicleta entre Aveiro e Ílhavo, entre Aveiro e Oliveira do Bairro, entre Aveiro e o que for. E mesmo dentro do próprio concelho. Acho que afinal a nossa grande diferença está aqui, o executivo não sabe o que é uma rede de transportes públicos a sério.

Sobre a pergunta que também não ouviu, sobre a escola da Glória, não há problema nenhum. Eu percebo que não tenha ouvido, mas eu repito, eu disse que a escola da Glória não tem um plano de emergência aprovado por falta de obra. Ou seja, se fez assim tantas obras na escola da Glória eu gostava de saber porque é que ainda não o tem. Gostava de, já agora, de fazer mais um apontamento porque percebi aqui sobre a discussão sobre o Beira-Mar, preocupa-me saber que para a Câmara Municipal, que para o Executivo, quando o Executivo actua de forma vou-lhe chamar mais confusa, o melhor é não falar muito no assunto e é manter o silêncio.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁵³

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara ⁰⁵⁴

Membros da Assembleia
Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰⁵⁵
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁵⁶

(Saiu da sala o Vogal Filipe Seiça Neves Barbado Guerra)

Vogal João Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁷

“Já que as minhas questões anteriores não tiveram nenhuma resposta, desde a habitação social, à questão do IMI, proponho-me reflectir sobre a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico em Eirol.

Uma das questões que nós gostávamos que o Executivo esclarecesse, é se há algum critério de rotatividade inter-freguesias ou inter-municípios, já que os resíduos não vêm só do concelho de Aveiro? E como é que avaliam o facto de uma empresa “Rosas Construtores SA”, ter adquirido terrenos, provavelmente com informação privilegiada de que iria ser ali construída uma unidade de tratamento de resíduos? Também, qual é a sua resposta perante a QUERCUS que afirma que o aproveitamento de 50% de resíduos é manifestamente insuficiente e que existem outras tecnologias acessíveis que permitem um aproveitamento de 80%?

Em relação ao ECO-Drive. É um projecto altamente contraditório, obviamente que é manifestamente positivo a ideia de ter aquela estrutura aglomerada de vários tipos de resíduos, mas se por um lado se promove a reciclagem, por outro diz-se que para se deslocarem a esse ponto de reciclagem de carro, quer dizer promovemos a reciclagem mas também promovemos o uso automóvel, esse parece-me um princípio manifestamente errado. Além disso a localização atrás do pavilhão do Galitos parece-me que vai escapar à maioria dos aveirenses e portanto se calhar vai ter um impacto reduzido.

E também um dado positivo, apesar de sermos contra o patenteamento, é um dado positivo que tenham patenteado, pode ser que mais ninguém queira aproveitar esta ideia, dada a dificuldade.

Reforçar também que de facto nós apoiamos o sistema de integração bilhética. É uma medida positiva que vai permitir que novos utentes apareçam nomeadamente estudantes da Universidade.

E voltando mais uma vez à questão do comunicado, é falado numa acção de sensibilização “Cães, gatos e desacatos.” Mais uma vez subscrevo a ideia que já foi aqui posta de esterilização de animais errantes. É não só aproveitar em termos económicos face ao abate de animais, como também é mais humana e além disso gostava de dizer que essas iniciativas são manifestamente insuficientes, porque normalmente quem vai a esse tipo de iniciativas já está mobilizado para a questão, portanto não se ganha o grande objectivo que é a sensibilização. Quem se desloca a esses eventos já está a ser utilizado para a questão e portanto...

Outra questão também, é de facto o terreno neste momento disponível é um terreno muito mau. É um terreno que está nas traseiras do Cemitério de Cacia e espero que essa situação seja resolvida.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵⁸
Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰⁵⁹
Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰⁶⁰
Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰⁶¹
Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁶²
Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰⁶³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁶⁴

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰⁶⁵

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁶

“Queria dizer duas coisas simples, a primeiras das quais a seguinte: o Senhor Presidente da Câmara, por intermédio do seu alter-ego o Eng.º Carlos Santos, não respondeu nada relativamente à situação do cheque do Beira-mar; mas compete-lhe responder! E eu gostaria que isto ficasse em acta, porque o cheque não era do Sr. Presidente da Câmara e muito menos do senhor Eng.º Sr. Carlos Santos, o cheque é do município e o Presidente da Câmara, tem de prestar contas nesta Assembleia, dos dinheiros que tem à sua guarda.

Quanto ao Sr. Dr. Pedro Ferreira, que falou em nome do Sr. Presidente da Câmara, sobre as partes financeiras. Em primeiro lugar, Sr. Dr. gostaria de lhe dizer que já está na altura do senhor amadurecer algumas coisa e de ser menos mal educado. Eu não costumo “levar com ela” e muito menos com a sua. O senhor se calhar tem esse tratamento lá em sua casa ou com os seus, mas não o pode ter comigo porque eu não lho admito. Entendeu!

Posto isto, gostaria de dizer que, obviamente, nada disto pretende resolver o problema..., vamos começar por outro lado; não informou, como é obrigatório e lhe foi solicitado expressamente qual é o montante da dívida de curto prazo; o senhor sabe que isso é uma das obrigações que compete em todas as comunicações do Presidente, é obrigatório que ele tenha lá isso, e não tem nesta comunicação, nem o senhor informou quando eu lhe solicitei.

Por outro lado, o Sr. Pedro Ferreira nada disse da forma como pretende resolver o problema da EMA, e é um problema grave; pelo contrário, atirou o assunto para canto e disse que mentirosamente, mentindo com quantos dentes tem na boca, que eu era acusador num processo contra a EMA, ou contra a câmara nem sei, porque não consegui perceber bem. Sobre essa matéria, saiba o Sr. Dr. Pedro Ferreira e esta Assembleia, que um dia fui convocado pelo Tribunal de Aveiro para ser testemunha numa coisa que afinal podia ser eu ou qualquer pessoa, porque era pública, que foi o envio de 150 mil euros da câmara para a EMA que imediatamente o Sr. Presidente passou o cheque para o Beira-mar.

Portanto, fui contactado pelo tribunal para ir ser testemunha; não sabia para que era, perguntei qual seria o assunto, disseram-me que era a EMA, e eu que não sou de jurista cometi um erro; um erro que me podia ser caro, não fosse a indulgência da juíza. Telefonei à EMA, aos administradores da EMA a dizer: atenção que me chamaram e vou ser testemunha num processo contra a EMA que não sei qual é. E de, nesse sentido, inclusivamente o advogado da EMA e o advogado da câmara, Dr. Miguel Garrido se deslocaram ao tribunal, e a juíza ficou muito enfunada porque diz: como é que o senhor está a aqui, como é que sabe disso? Olhe, foi este senhor que me informou; - então o senhor sabe que não podia dizer, e não sei quantas mais?? E o que eu lá fui dizer, foi simplesmente aquilo que era publico, foi que tinham transmitido 150 mil euros da câmara para a EMA que imediatamente, - não é só agora que se fazem escrituras num momento, e no momento seguinte se passa a outro. Nessa altura também foi um cheque que chegou lá e foi logo passado a outro; neste caso também, ao mesmo! Ao Beira-mar. E também perguntou se tinha conhecimento, e eu aí disse-lhe que não tinha conhecimento absoluto, só tinha conhecimento pelos jornais de um célebre protocolo ou lá o que era, em que a câmara tinha prometido transferir para a EMA, 880 mil, ou 870 euros, já não me lembro quanto era, já foi há muito tempo.

Portanto, Sr. Dr., não seja mentiroso nem ponha a honra das pessoas em jogo; o senhor não tem idade, nem categoria para fazer isso e se quer crescer e deixar essa sua situação imberbe, veja se se comporta como um homem.”

Presidente da Mesa ⁰⁶⁷

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁶⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁷⁰

“Gostaria de responder às questões levantadas.

Em relação ao Beira-mar e às grandes responsabilidades que temos neste processo. Dar apenas duas informações, a primeira é de que este assunto do protocolo, contrariando aquilo que foi a prática seguida no passado, foi amplamente discutido e já foi dito nas reuniões de câmara, e foi votado e aprovado nas reuniões de câmara. Depois este protocolo foi aqui, neste órgão máximo, e foi a primeira vez que me lembro na história da Assembleia Municipal, que um assunto do Sport Clube do Beira-mar aqui foi apresentado, para ser discutido e votado. Acho que não há mais clareza do que esta.

Segundo, mesmo assim, quando chegou ao nosso conhecimento que alguém levantou a suspeição neste processo de que haveria aqui enriquecimento ilícito, - penso que foi a expressão que foi utilizada, face a essa dúvida que alguém levantou, fizemos aquilo que nos pareceu que deveria ser feito sempre em nome da transparência; tomámos a iniciativa de remeter todo o processo para a Inspeção Geral das Autarquias Locais, de forma a que essa entidade que no país tutela as autarquias locais e averigua os actos que são praticados, se pudesse pronunciar sobre o processo.

E tomámos ainda outra iniciativa: fomos pelo nosso próprio pé, levar também o processo à polícia judiciária, para que a polícia judiciária, possa averiguar se houve ou não houve enriquecimento ilícito ou quem é que andou aqui a enriquecer-se ilicitamente no processo.

As actividades que neste país, a quem compete com isenção e distanciamento, analisar estes processos estão a fazê-lo e naturalmente irão tomar as suas decisões.

Quanto à pergunta do cheque, ele naturalmente está nos Serviços da Câmara. Tudo claro e tudo transparente, tudo legal; não nos parece que haja aqui nenhuma questão, nem nenhuma responsabilidade acrescida que possamos tomar.

Também uma outra nota, estava-me a parecer que esta seria a primeira Assembleia ao longo destes anos que o Bloco de Esquerda não iria levantar aqui a suspeição de mais uma negociata que eventualmente possa estar a acontecer aqui no nosso concelho, mas não aconteceu isso. Uma vez mais, essa questão de que o Rosas adquiriu terrenos, que pressupõe que o Bloco de Esquerda tem informação privilegiada destas aquisições de terrenos e compras de terrenos. O pouco que eu sei, não sei nem tem nada a ver com isso; naturalmente nós felizmente, temos uma filosofia e um princípio que não nos permite interferir com negócios privados; o que seu sei, do pouco que sei, é que se há lá terrenos comprados por essa entidade, pelo que me dizem, já será à dez anos ou há mais de dez anos. E também sei, isso eu sei, que sendo instalado um equipamento destes em cima de um terreno, eu penso que é a pior coisa que pode acontecer a um proprietário. Porque teria naturalmente os terrenos com expectativas de o poder rentabilizar de forma que lhe desse lucro, ao ser instalado um equipamento destes, conforme sabem, o processo da negociação, não é andar a negociar pessoa a pessoa; a negociação é feita pelo próprio governo, pelo Ministério do Ambiente que nomeia peritos externos, os peritos vêm à zona que está limitada numa planta, definem o preço dos terrenos e a partir daí o proprietário nem tem hipótese de negociar rigorosamente nada; os terrenos são para aquele fim, têm que ser cedidos para aquele fim, e naturalmente é o próprio tribunal, se essa não for a via, que resolve o problema.

Portanto, dar esta nota, na questão da honestidade, esse valor da honestidade não é exclusivo do Bloco de Esquerda. Naturalmente que o Bloco de Esquerda, como todos os partidos políticos, têm pessoas que são serias e pessoas que são honestas, mas certamente que o Bloco de Esquerda, como todos os partidos políticos, também terão pessoas que são menos sérias e que poderão ser menos honestas. Isto é, os honestos não estão todos num único partido, distribuem-se naturalmente pelos partidos todos.”

Vereador Pedro Ferreira ⁰²¹

“Apenas para transmitir algumas ideias.

Sr. Deputado Raúl Martins, não é preciso levarmos para esse campo. Se nós repararmos em todas as actas, em todas as minhas intervenções, verá com certeza o nível com que eu costumo discursar nesta Assembleia para vocês todos.

Portanto, acho que algumas coisas que disse, fazem muito pouco sentido; estamos no início do mandato e é preciso ter calma.

Passando agora às questões em concreto, o senhor referiu que eu me recusei a dar umas informações, gostava que referisse depois no final, com certeza aos serviços da Assembleia Municipal, para referir exactamente o ponto que está na lei, para nós termos isso em consideração e de acordo com a lei, prestarmos todas as informações que solicitou.

Em relação à EMA, - julgo que não terá ouvido, eu disse que aquilo que se passava neste momento e para que a empresa se consiga manter todos os meses, passa pela rentabilização do espaço do edifício principal, que é a situação com que nos devemos preocupar agora.

Em relação aquilo que eu disse que tinha mentido, o senhor deputado se calhar pode ter percebido mal, eu disse que era um elemento da acusação e eu tinha muita pena que fosse. Eu sei que o senhor foi referido pela acusação para ir prestar declarações. Eu disse, que tinha pena que fosse um elemento da acusação, não que era o acusador. Foi arrolado pela acusação, ninguém disse que era acusador, não pense isso. Eu disse que era uma pena termos que andar a arrolar deputados municipais, e tenho pena que tenha sido logo o senhor, por isso é que despoletou esta situação.

Relativamente ao Sr. Deputado Ivar, já foi apresentado ao agrupamento de escolas de Aveiro a proposta de projecto para a escola da glória há algum tempo. Nós estamos à espera de desenvolvimentos ao nível de outras instâncias para podermos avançar com o processo.”

De seguida, o Presidente da Mesa⁰²² deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 25 de Novembro (4.ª feira).

Eram 00:30 horas do dia 21 de Novembro de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)